



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**Gabinete Desembargador Alexandre Guedes Alcoforado Assunção**  
**Quarta Câmara Criminal**

APELAÇÃO: Nº 0014990-43.2003.8.17.0001 (0275917-5)  
COMARCA : CAPITAL – 9ª VARA CRIMINAL  
APELANTE : JOSÉ WELISON MACHADO  
APELADO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO  
RELATOR CONVOCADO : JUIZ FLAVIO AUGUSTO FONTES DE LIMA  
PROCURADOR : MANOEL CAVALCANTI DE ALBUQUERQUE NETO

**EMENTA: PENAL E PROCESSUAL PENAL. APELAÇÃO CRIMINAL. ROUBO. ART. 157, § 2º, I E II, CP. DESCLASSIFICAÇÃO DO DELITO DE ROUBO CONSUMADO PARA TENTADO. IMPOSSIBILIDADE. DESNECESSIDADE DA POSSE TRANQUILA DA COISA SUBTRAÍDA. DOSIMETRIA. PENA-BASE FIXADA ACIMA DO MÍNIMO LEGAL. MOTIVOS DO CRIME CONSIDERADOS INDEVIDAMENTE POSTO QUE INERENTES AO TIPO PENAL. PERMANÊNCIA DE TRÊS CIRCUNSTÂNCIAS DESFAVORÁVEIS POSSIBILITA A MANUTENÇÃO DA PENA-BASE FIXADA. PLEITO DE RECONHECIMENTO DAS ATENUANTES DA CONFISSÃO ESPONTÂNEA E MENORIDADE. IMPOSSIBILIDADE. RECURSO IMPROVIDO, À UNANIMIDADE DE VOTOS.**

I- Considera-se consumado o crime de roubo com a simples inversão da posse, ainda que breve, do bem subtraído, não sendo necessária que a mesma se dê de forma mansa e pacífica. No caso, o delito de roubo se efetivou, quando a *res furtiva* saiu da esfera de disponibilidade da vítima, contra sua vontade, ainda que por um reduzido lapso temporal, tornando-se impossível a desclassificação para a forma tentada.

II- Fixada a pena-base acima do mínimo legal, porque ainda existentes três circunstâncias judiciais desfavoráveis ao réu, consistentes na conduta social, circunstâncias do crime e comportamento da vítima.

III- Descabida a pretensão de reconhecimento da confissão espontânea, uma vez que já foi reconhecida na sentença.

IV- Incabível, a aplicação da atenuante da menoridade, tendo em vista que o réu, na data do fato delituoso, tinha mais de 21 anos.

V- Apelo improvido. Decisão unânime.

**ACÓRDÃO:**

Vistos, relatados e discutidos estes autos de **Apelação Criminal nº 0014990-43.2003.8.17.0001 (0275917-5)**, no qual figuram como partes as retronominadas, **ACÓRDAM** os Desembargadores da **Quarta Câmara Criminal** deste Tribunal de Justiça, à



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**Gabinete Desembargador Alexandre Guedes Alcoforado Assunção**  
**Quarta Câmara Criminal**

unanimidade de votos, em negar provimento ao presente recurso de apelação, nos termos do relatório e votos, que passam a integrar este aresto.

Recife, 24 de 09 de 2013

Juiz Flávio Augusto Fortes de Lima  
Relator Convocado



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**Gabinete Desembargador Alexandre Guedes Alcoforado Assunção**  
**Quarta Câmara Criminal**

APELAÇÃO: Nº 0014990-43.2003.8.17.0001 (0275917-5)  
COMARCA : CAPITAL – 9ª VARA CRIMINAL  
APELANTE : JOSÉ WELISON MACHADO  
APELADO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO  
RELATOR CONVOCADO : JUIZ FLÁVIO AUGUSTO FONTES DE LIMA  
PROCURADOR : MANOEL CAVALCANTI DE ALBUQUERQUE NETO

**RELATÓRIO**

Trata-se de recurso de apelação interposto por José Welison Machado, inconformado com a sentença de fls. 159/162, que o condenou à pena de 07 (sete) anos e 11 (onze) meses de reclusão, a ser cumprida inicialmente em regime semi-aberto, e 49 (quarenta e nove) dias-multa, sendo cada dia-multa no valor de um trigésimo do salário mínimo, por infração ao art. 157, § 2º, I e II, do Código Penal.

A defesa, em razões recursais, às fls. 188/190, sustenta, em síntese, o seguinte: a desclassificação da conduta de roubo consumado para tentado, sob o argumento de que o crime de roubo não se consumou porque o objeto material do crime não saiu da esfera de proteção da vítima, dado o encalço eficaz da ação policial; a aplicação das atenuantes da confissão espontânea e da menoridade.

Em contrarrazões às fls. 195/199, a Promotoria de Justiça requereu que fosse negado provimento ao recurso.

A Procuradoria de Justiça, por meio do Procurador Manoel Cavalcanti de Albuquerque Neto, emitiu parecer às fls. 202/203, no sentido de negar provimento ao apelo.

É o Relatório. À Douta revisão.

Recife, 5 de Setembro de 2012.

Juiz Flávio Augusto Fontes de Lima  
Relator Convocado



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**Gabinete Desembargador Alexandre Guedes Alcoforado Assunção**  
**Quarta Câmara Criminal**

APELAÇÃO: Nº 0014990-43.2003.8.17.0001 (0275917-5)  
COMARCA : CAPITAL – 9ª VARA CRIMINAL  
APELANTE : JOSÉ WELISON MACHADO  
APELADO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO  
RELATOR CONVOCADO : JUIZ FLAVIO AUGUSTO FONTES DE LIMA  
PROCURADOR : MANOEL CAVALCANTI DE ALBUQUERQUE NETO

**VOTO**

Conforme relatado, trata-se de recurso de apelação promovido por José Welison Machado, insatisfeito com a sentença prolatada às fls. 159/162, que o condenou à pena de 07 (sete) anos e 11 (onze) meses de reclusão, em regime semi-aberto, e 49 (quarenta e nove) dias-multa, sendo cada dia-multa no valor de um trigésimo do salário mínimo, pelo crime previsto no art. 157, § 2º, I e II, do Código Penal.

O apelante afirma, em resumo, o seguinte: a) a desclassificação de roubo consumado para tentado; b) o reconhecimento das atenuantes da confissão espontânea e da menoridade.

Pois bem:

Narra a exordial (fls. 02/04), que:

"Aos 16.05.03, por volta das 16:50 horas, em frente ao imóvel de nº 188 da Rua Evaristo Veiga, no bairro de Casa Amarela, nesta cidade, o supradenunciado, fazendo uso de arma de fogo descrita no Auto de Apreensão de fls. 13, e contando com a ajuda do menor Augusto César Almeida da Silva, conhecido por "Fiapo", de 17 anos de idade, subtraiu da pessoa de Honório Justino Júnior o veículo Fiat/Doblo, ano 2002, de placa KLA-1444."

Examino:

A materialidade do crime de roubo restou comprovada através do auto de apresentação e apreensão às fls. 23 e auto de entrega às fls. 24.

A autoria do delito de roubo consumado encontra-se amplamente comprovada, não só pela confissão espontânea do acusado (fls. 65/66), bem como pelos depoimentos da vítima e da testemunhas. A pretensão de desclassificação do crime de roubo consumado para o da modalidade tentada, não merece acolhida. Senão vejamos.

A vítima Honório Justino Júnior às fls. 07/08, em sede policial, afirmou:



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**Gabinete Desembargador Alexandre Guedes Alcoforado Assunção**  
**Quarta Câmara Criminal**

*"ia chegando na residência (...) dirigindo seu veículo Fiat Doblo, ano 2002, placa KLA 1444 (...) que ao sair do referido veículo, a vítima foi abordada pelo menor infrator citado nos autos que lhe apontou uma arma de fogo e lhe tomou a chave, momento em que chegou o autuado pegou a chave do menor e saiu dirigindo (...) que a vítima veio até esta delegacia de plantão comunicando o fato; que uma equipe de policiais entraram em perseguição aos assaltantes, encontrando-os na entrada de Nova Descoberta (...)"*

A testemunha, policial civil, Wilson Ramos de Barros às fls. 84, disse:

*"encontrava-se de serviço na delegacia no distrito de Casa amarela quando um cidadão dirigiu-se ao depoente que tinha sido assaltado por dois elementos daí relatou os fatos; reuniu a equipe e foram para Dois Irmãos quando em perseguição avistaram um Doblo da Fiat, e verificaram que havia dois elementos no seu interior e constatou tratar-se do veículo roubado de placa 1444, nas proximidades de Nova Descoberta na avenida Norte pararam atrás e abordaram no sinal, ao abordar ele já estava com o revólver em mão juntamente com seus companheiros, puxando o menor para fora, e constatou que o menor estava armado;"*

O réu, em juízo às fls. 65/66 confessou o delito nos seguintes termos:

*"que os fatos imputados contra o acusado são verdadeiros; (...) lá adiante o menor abordou com uma arma em punho um Fiat Doblo e deu voz de assalto ao cidadão (...) que o interrogando encontrava-se distante do menor Flapo aproximadamente três metros, foi quando o menor Flapo jogou a chave para o interrogando; que o menor disse a vítima que fosse embora;"*

O crime de roubo consuma-se no momento em que o agente possui o objeto material, ainda que de forma breve, não se fazendo necessária a posse tranquila, fora da vigilância da vítima. Nesse sentido:

**"4. O Supremo Tribunal Federal e esta Corte, no que se refere à consumação do crime de roubo, adotam a teoria da apreensão, também denominada de amotio, segundo a qual considera-se consumado o delito no momento em que o agente obtém a posse da res furtiva, ainda que não seja mansa e pacífica e/ou haja perseguição policial, sendo prescindível que o objeto do crime saia da esfera de vigilância da vítima." (STJ - HC nº 133176/DF. Relatora: Min. Laurita Vaz. Quinta Turma. DJe 04/05/2011)**

Na hipótese, o veículo roubado saiu da esfera da vítima e a perseguição policial, que culminou na prisão do apelante, ocorreu em momento posterior, apenas, em virtude de denúncia da vítima.

Feitas tais considerações, não merece guarida o pedido de desclassificação para roubo tentado, pois houve a consumação do crime no momento que a res furtiva saiu da esfera de disponibilidade da vítima, contra sua vontade, ainda que por um lapso temporal reduzido.

Alternativamente, pretende a defesa a redução pena aplicada, através da aplicação das atenuantes da confissão espontânea e da menoridade.

Passo, então, a examinar a dosimetria da pena.



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**Gabinete Desembargador Alexandre Guedes Alcoforado Assunção**  
**Quarta Câmara Criminal**

A lei penal reservou ao magistrado certa margem de discricionariedade, a fim de que a pena aplicada seja necessária e suficiente para a reprovação e prevenção do crime.

No exame das circunstâncias judiciais do art. 59 do CP, a magistrada processante considerou quatro circunstâncias judiciais desfavoráveis, consistentes na conduta social, motivos, circunstâncias do crime e comportamento da vítima.

Equívocou-se, contudo, em relação aos motivos do delito por serem inerentes ao tipo penal.

Assim, por entender que o apelante goza, ainda, efetivamente, de 03 (três) circunstâncias judiciais desfavoráveis (conduta social, circunstâncias do crime e comportamento da vítima), e considerando que para o crime de roubo, a pena cominada é de 04 a 10 anos de reclusão, mantenho a fixação da pena-base, abaixo do termo médio, em 06 anos de reclusão.

Na segunda fase da dosimetria reside a insatisfação do apelante. Postula a defesa, a aplicação das atenuantes da confissão espontânea e da menoridade.

Não se aplica ao caso a atenuante da menoridade, uma vez que à época do crime o apelante tinha mais de 21 anos de idade, pois nasceu em 29/04/1982 (fls. 76) e o crime ocorreu em 16/05/2003.

Quanto à atenuante da confissão espontânea, tenho que já foi reconhecida pela Julgadora que reduziu a reprimenda em 04 (quatro) meses, passando a pena a ser de 05 (cinco) anos e 08 (oito) meses de reclusão.

Na terceira fase da dosimetria, ante a ausência de causas de diminuição de pena, revelou-se acertada a aplicação da causa especial de aumento relativa às qualificadoras de emprego de arma de fogo e concurso de agentes, na fração de 2/5 (dois quintos), estendendo-se a reprimenda para 07 (sete) anos e 11 (onze) meses de reclusão, que se tornou definitiva.

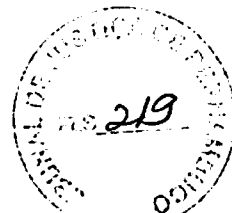
Pelas razões expostas, em conformidade com o parecer ministerial, **nego provimento ao presente apelo**, mantendo, na íntegra, a sentença ora recorrida. É COMO VOTO.

Recife, 24 de 03 de 2013.

  
Juiz Flávio Augusto Fontes de Lima  
Relator Convocado



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO  
Gab. Des. Marco Antônio Cabral Maggi



QUARTA CÂMARA CRIMINAL

APELAÇÃO CRIMINAL Nº 0014990-43.2003.8.17.0001 (0275917-5)

APELANTE: JOSÉ WELISON MACHADO

APELADO: MINISTÉRIO PÚBLICO DE PERNAMBUCO

RELATOR: JUIZ FLÁVIO AUGUSTO FONTES DE LIMA

REVISOR: DES. MARCO ANTÔNIO CABRAL MAGGI

VOTO DE REVISÃO

Srs. Desembargadores,

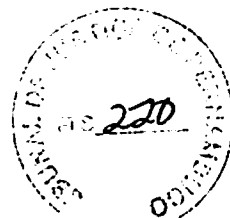
Sr.(a) Procurador(a).

Trata-se de recurso de Apelação interposto por **José Welison Machado**, em face da decisão que o condenou à pena definitiva de 07 (sete) anos e 11 (onze) meses de reclusão e a 49 (quarenta e nove) dias-multa, pela prática do fato criminoso previsto no art. 157, §2º, incs. I e II do Código Penal.

Consta na **denúncia (fls. 02/04)**, baseada no Inquérito Policial, que em 16 de maio de 2003, na frente o imóvel de nº 188 da Rua Evaristo Veiga, no bairro de Casa Amarela, nesta cidade, o denunciado, fazendo uso de arma de fogo descrita no Auto de Apreensão de fls. 13, e em coautoria com o menor Augusto César Almeida da Silva, ameaçou e subtraiu de Honório Justino Júnior o veículo Fiat Doblô, ano 2002, de placa KLA 1444. Após a denúncia, o acusado foi perseguido e preso.

O Juiz, na **Sentença a quo (fls. 159/162)**, entendeu estarem presentes provas de autoria e materialidade o que resultou na condenação do acusado nas penas acima apontadas.

Descontente, o Réu interpôs **Apelação (razões às fls. 187/190)**, onde afirma que o delito em nenhum momento chegou a ser consumado, já que a *res furtiva* foi resgatada.



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO**  
**Gab. Des. Marco Antônio Cabral Maggi**

Afirma também que era menor de 21 anos na época do fato, bem como pugna pela aplicação da atenuante da confissão.

Em sede de contrarrazões (fls. 196/199) o *Parquet*, aduz que o roubo se consuma no momento em que o agente se torna possuidor da *res* subtraída mediante grave ameaça ou violência, independente do bem sair da esfera de vigilância da vítima, de acordo com a jurisprudência dos Tribunais Superiores.

O Douto Procurador de Justiça, por sua vez, opina, mediante parecer (fls. 202/203), pelo improvimento do recurso.

Pois bem. A materialidade e a autoria são indubitáveis e não foram impugnadas no recurso apelatório.

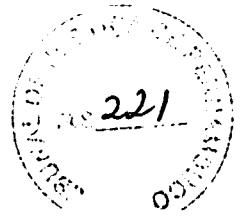
O fato de ter sido curto o tempo entre o roubo e a prisão em flagrante não justifica a desclassificação do mesmo para a tentativa, já que a própria lei não exige a posse mansa e pacífica do produto do delito por parte de seus autores.

Os seguintes julgados servem para demonstrar a posição maciçamente adotada por nossos tribunais:

**RECURSO ESPECIAL. CRIME CONTRA O PATRIMÔNIO. ROUBOS CIRCUNSTANCIADOS PRATICADOS EM CONCURSO FORMAL. TENTATIVA. NÃO CONFIGURAÇÃO. DESNECESSÁRIA A POSSE TRANQUILA DA COISA SUBTRAÍDA. CRIME CONSUMADO.**

1. De acordo com a jurisprudência firmada pelo Superior Tribunal de Justiça, considera-se consumado o crime de roubo, assim como o de furto, **no momento em que o agente se torna possuidor da coisa alheia móvel, ainda que não obtenha a posse tranquila, sendo prescindível que o objeto subtraído saia da esfera de vigilância da vítima para a caracterização do ilícito.** (STJ,





**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO**  
**Gab. Des. Marco Antônio Cabral Maggi**

*REsp 1220817/SP, Rel. Ministro OG FERNANDES, SEXTA TURMA, julgado em 14/06/2011, DJe 28/06/2011)*

**PENAL. HABEAS CORPUS. ROUBO SIMPLES. PRETENSÃO DE DESCLASSIFICAÇÃO DO DELITO PARA ROUBO TENTADO. IMPOSSIBILIDADE. ORDEM DENEGADA.**

- 1. Segundo entendimento do Superior Tribunal de Justiça e do Supremo Tribunal Federal, considera-se consumado o delito de roubo "no momento em que o agente obtém a posse da res furtiva, ainda que não seja mansa e pacífica e/ou haja perseguição policial, sendo prescindível que o objeto do crime saia da esfera de vigilância da vítima" (HC 118.407/ SP, Rel. Min. LAURITA VAZ, 5ª Turma, DJ 3/8/09).**
- 2. Ordem denegada. (STJ, HC 155.108/SP, Rel. Ministro ARNALDO ESTEVES LIMA, QUINTA TURMA, julgado em 06/04/2010, DJe 03/05/2010)**

**DIREITO PENAL. HABEAS CORPUS. ROUBO. (1) CONSUMAÇÃO. POSSE MANSA E PACÍFICA. DESNECESSIDADE. (2) PENA SUPERIOR A QUATRO ANOS. REGIME INICIAL FECHADO. REINCIDÊNCIA. ADEQUAÇÃO.**

- 1. O critério assente nesta Corte relativamente à consumação do delito de roubo diz com a retirada do bem da esfera de disponibilidade da vítima, mesmo que por curto período. Precedentes.(...) 3. Ordem denegada. (STJ, HC 65164/SP, Rel. Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA, SEXTA TURMA, julgado em 28/08/2007, DJ 17/09/2007 p. 361)**

Não há, portanto, que se falar em mera tentativa, posto que os bens saíram da esfera da vítima. O ciclo do crime se completou e o fato de os bens terem sido restituídos à vítima não justifica a desclassificação da consumação para a tentativa.

Por outro lado, analisando a dosimetria entendo que não há retoques a serem feitos. A pena base foi estipulada de forma proporcional, de modo que não comporta alteração.



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO**  
**Gab. Des. Marco Antônio Cabral Maggi**

---

A atenuante da confissão foi devidamente considerada, tendo reduzido a pena-base de 06 (seis) anos de reclusão e 45 (quarenta e cinco) dias-multa, para 05 (cinco) anos e 08 (oito) meses de reclusão e 35 (trinta e cinco) dias-multa.

Quanto à atenuante da menoridade, observo que o acusado nasceu em 29.04.82, tendo o crime ocorrido em 16.05.03, quando o recorrente já tinha completado 21 (vinte e um) anos e 01 (um) mês de idade, não fazendo jus à atenuante prevista no art. 65, inciso I do CP.

Na terceira fase da dosimetria a pena foi aumentada em 2/5 em face da causa especial de aumento prevista no §2º, incisos I e II, do art. 157, do CP, alcançando a reprimenda o patamar de 07 (sete) anos e 11 (onze) meses de reclusão não havendo modificações ou equívocos a serem sanados.

Por todo o exposto, meu voto é no sentido de **negar provimento ao recurso de apelação**, para manter *in totum* a Sentença proferida em desfavor do Apelante.

**É COMO VOTO.**